



CADERNOS DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO PARA MANUTENÇÃO SMARTBP DA CASA PIA DE LISBOA, I.P.

NPD 2525000074

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento contratual por Ajuste Direto e que tem por objeto o serviço de manutenção SmartBP da Casa Pia de Lisboa, I.P. localizada na Avenida do Restelo n.º 1 Lisboa.

Cláusula 2.^a

Preço base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação do serviço objeto do presente procedimento, é de € 9.928,00 (nove mil e novecentos e vinte e oito euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.^a

Vigência e prazo de execução

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento contempla a prestação do serviço a partir do envio da nota da encomenda, mantendo-se em vigor até 31 de dezembro de 2025.
2. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.



Capítulo II

Obrigações contratuais

Cláusula 4.ª

Local da prestação de serviço

Os serviços a prestar pelo Adjudicatário serão prestados:

_ nas instalações dos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, I.P., sitas na Avenida do Restelo n.º 1, 1449-008 Lisboa.

Cláusula 5.ª

Contrato

1. O contrato a celebrar integra sempre os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. O contrato escrito, quando aplicável, é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato escrito e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Cláusula 6.ª

Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no caderno de encargos, decorre para o adjudicatário a obrigação de prestar o serviço.
2. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios necessários e adequados ao fornecimento dos bens bem como à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços à Casa Pia de Lisboa, I.P., conforme os requisitos técnicos constantes do presente caderno de encargos e objeto do presente contrato com as características previstas nas especificações técnicas do presente caderno de encargos. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e seguros se a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.
4. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções, e seguros se a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.
5. Toda e qualquer alteração, no que respeita aos bens contratados, carece de uma aprovação prévia por parte da Casa Pia de Lisboa, I.P.
6. O adjudicatário obriga-se ao cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 419º-A do Decreto Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, conjugado com o n.º 12 do artigo 42.º.

Cláusula 7.ª

Interlocutor

O adjudicatário deverá indicar um interlocutor privilegiado, a quem competirá toda a articulação com a Casa Pia de Lisboa, I.P., para quaisquer esclarecimentos e resolução de situações urgentes.

Cláusula 8.ª

Preço contratual e condições de pagamento

1. Pela prestação de serviço objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar à adjudicatária o preço previsto, constante da proposta adjudicada,



acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que não pode ultrapassar o preço base previamente estabelecido.

2. Na proposta, para além do(s) preço(s) unitário(s), deverá ser indicado o preço total, o prazo de entrega, as condições de pagamento e a taxa de IVA a aplicar a cada um dos preços unitários.
3. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Casa Pia de Lisboa, I.P., incluindo as despesas de transporte.
4. A faturação será efetuada após a prestação dos serviços a que se refere.
5. As faturas vencem-se no prazo de 30 dias após a apresentação da faturação eletrónica através da plataforma (FE-AP) da ESPAP, I.P.
6. As faturas serão emitidas em nome da Casa Pia de Lisboa, I.P., com referência ao número de identificação fiscal.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Desde que devidamente emitida e observando o disposto no n.º 1, a fatura será paga através de transferência bancária, após a verificação dos formalismos legais, em vigor, para o processamento das despesas públicas.
9. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
10. O atraso no pagamento das faturas confere ao fornecedor o direito de exigir juros de mora, nos termos legais.

Cláusula 9.ª

Níveis de serviço

Os adjudicatários obrigam-se a cumprir os níveis de serviço referidos nas alíneas seguintes:

- a) O prazo máximo da prestação do serviço é a contar da data da de envio da nota de encomenda até 31 de dezembro de 2025;



- b) É obrigação dos adjudicatários prestar o serviço em conformidade com o definido no caderno de encargos;
- c) O adjudicatário deve garantir o cumprimento de todas as normas ambientais aplicáveis, bem como garantir que todos os produtos, a fornecer, incluindo o seu embalamento e transporte, respeitam as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o adjudicatário garantir a sua adequação às novas normas ou exigências que, eventualmente, possa entrar em vigor no período de vigência do contrato;

Cláusula 10.^a

Revisão de preços

Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado, exceto todas aquelas que se revistam de obrigatoriedade específica imposta pela lei.

Capítulo III

Penalidades contratuais e Resolução

Cláusula 11.^a

Sanções

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma sanção, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=V*A/1000$, em que P corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor da prestação contratual e A é o número de dias em atraso, até ao limite de 20% do preço contratual.
2. Caso o incumprimento a que alude o número anterior se verifique por relação a prestações parciais, a respetiva fórmula de calculo será substituída pela seguinte: $P=V*A/2000$
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Casa Pia de Lisboa I.P., tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A Casa Pia de Lisboa, I.P., pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua rescisão imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.



Cláusula 12.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução do contrato

Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações especialmente previstas no contrato, há direito de resolução do contrato nas situações previstas nos artigos 332º a 335º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da sua posição contratual, depende da autorização prévia da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Modificação objetiva do contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito, assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura, e deverá obedecer ao estipulado nos artigos 311.º e seguintes do CCP.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser modificado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;



- b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A modificação do contrato, com os fundamentos previstos no artigo 312.º do CCP, encontra-se sujeita aos limites e consequências estabelecidos nos artigos 313.º e 314.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Caso as modificações representem um valor acumulado superior a 10% do preço contratual, devem as mesmas ser publicitadas nos termos do disposto do artigo 315.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. Caso existam encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças os mesmos são da responsabilidade da entidade adjudicatária.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.



Cláusula 20.^a

Sigilo, confidencialidade e proteção dados pessoais

1. Todos os elementos entregues pela Casa Pia de Lisboa, I.P., no âmbito do presente procedimento, bem como em fase de execução do contrato, são fornecidos sob reserva de confidencialidade, não podendo ser divulgados por qualquer forma, sem prévia autorização escrita da Casa Pia de Lisboa, I.P., restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.
2. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações, designadamente de carácter fiscal, que os seus trabalhadores venham a ter acesso relacionadas com a atividade da Casa Pia de Lisboa, I.P.
3. Cabe ao adjudicatário assegurar que as pessoas ou entidades que tiverem acesso à informação sujeita a sigilo referida no número anterior, assumam perante si um compromisso de confidencialidade, limitando a divulgação de informação exclusivamente às pessoas ou entidades que dela tenham de tomar conhecimento para tornar possível a sua intervenção nos processos em que intervêm.
4. O adjudicatário assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que a Casa Pia de Lisboa, I.P., ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.
5. O adjudicatário obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a cumprir toda a legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais e a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe tenham sido confiados pela Entidade Adjudicante ou de que tenha tido conhecimento ou acesso no âmbito do presente contrato ou por causa dele.
6. Sempre que, no âmbito da execução do contrato, o Adjudicatário tenha de proceder ou efetuar operações de tratamento automatizado ou manual de dados pessoais, o mesmo obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Manter a confidencialidade desses dados, podendo apenas facultá-los aos trabalhadores alocados à prestação dos serviços, na medida do estritamente necessário à referida prestação;



- b) Tratar os dados, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato, em estrita observância das instruções transmitidas pela Casa Pia de Lisboa, I.P.;
 - c) Adotar todas as medidas técnicas e organizativas apropriadas a assegurar um nível de segurança adequado à proteção dos dados, e a existência de mecanismos/processos que permitam testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia dessas medidas;
 - d) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada;
 - e) Prestar apoio ao responsável pelo tratamento de dados da Casa Pia de Lisboa, I.P., em caso de exercício de direitos pelos titulares;
 - f) Exigir aos trabalhadores afetos à prestação de serviços, igual dever de confidencialidade e proteção dos dados pessoais;
 - g) Prestar assistência ao responsável pelo tratamento de dados da Casa Pia de Lisboa, I.P., no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações que recaem sobre o mesmo (segurança, notificações de violações de segurança, avaliações de impacto);
 - h) Colaborar nas auditorias levadas a cabo pelo responsável pelo tratamento de dados;
 - i) Apagar ou devolver (consoante a escolha do responsável pelo tratamento de dados) todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados seja exigida ao abrigo de legislação específica na matéria;
 - j) Obter autorização expressa pela Casa Pia de Lisboa, I.P. para eventual subcontratação do serviço, ficando o subcontratante sujeito às mesmas obrigações de proteção de dados a que está sujeito o Adjudicatário.
7. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus trabalhadores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anterior da presente cláusula entende-se por “trabalhador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores



de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido trabalhador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 21.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissivo e que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atualizada e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e retificado pelas declarações de retificação n.ºs 36-A/2017, de 30/10 e 42/2017 de 30/11, e demais legislação aplicável em razão da matéria.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 22^a

Especificações Técnicas

a) **Âmbito**

Suporte e melhorias técnicas e /ou funcionais à solução de gestão documental - smartBP presente na Casa Pia de Lisboa (CPL)

b) **Duração**

144 horas de manutenção

c) **Horário**

Dias úteis entre as 9h00 e as 18:00

d) **Local da prestação de serviços**

Os serviços serão realizados preferencialmente remotamente, ou nas instalações da CPL, sempre que as ações de manutenção a realizar assim o exijam

e) **Forma de contacto**

Identificação por parte da entidade adjudicatária de um email, onde serão solicitadas todas as necessidades de manutenção corretiva

f) **Interlocutor**



Identificação de interlocutor(es) privilegiado(s) tanto ao nível da CPL como da entidade adjudicatária, para reporte e acompanhamento da manutenção adaptativa e da respetiva execução de toda a manutenção

- g) Registo das intervenções solicitadas e do saldo de horas
Deverá ser assegurado pelo adjudicatário o envio trimestral das intervenções efetuadas e do saldo de horas
- h) Serviços de suporte a assegurar
1. Ao nível de atualizações técnicas ou funcionais
 - 1.1. Instalação de *hotfixes* e/ou *releases* do produto e da solução nos diversos ambientes
 - 1.2. Adaptação do software base smartBP originada pela disponibilização / instalação de *hotfixes* e/ou *releases* de produtos
 - 1.3. Adaptação da solução em termos de requisitos definidos e implementados na solução implementada na CPL
 - 1.4. Atividades de manutenção adaptativa da solução implementada
 - 1.5. Ampliar as funcionalidades do atual dashboard que permita aos utilizadores ter acesso a informações adequadas às necessidades da sua área funcional
 - 1.6. Promover em conjunto com a CPL, e outros parceiros uma maior integração aplicacional com outros sistemas de informação
 - 1.7. Atualizar e/ou implementar ajustes na portaria de gestão documental, nomeadamente na definição de tempos máximos de salvaguarda documental
 2. Ao nível técnico
 - 2.1. Ações de configuração do produto e solução smartBP em ambiente servidor e/ou estações de trabalho
 - 2.2. Garantia do ambiente de qualidade se encontra o mais próximo do ambiente produtivo
 - 2.3. Execução de scripts e/ou procedimentos sobre toda a estrutura de base ao smartBP, nomeadamente o portainer, garantindo que os serviços e containers essenciais ao funcionamento regular permanecem totalmente operacionais, e em caso de conhecidos pontos de falha, serem aplicadas soluções técnicas adequadas que permitam de forma automatizada retomar o correto funcionamento
 - 2.4. Execução de scripts e/ou procedimentos sobre as bases de dados dos diversos ambientes que visem efetuar alterações à solução implementada
 - 2.5. Apoio na implementação de novos agentes nos computadores dos utilizadores



- 2.6. Potenciar uma maior ligação do smartBP com a estrutura de diretório presente na CPL
 - 2.7. Executar ou apoiar alterações na estrutura do repositório e suas permissões, nas tabelas dirigentes e unidades orgânicas decorrente de possíveis alterações orgânicas
 - 2.8. Apoio na instalação e configuração de periféricos de ligação ao smartBP (scanners, impressores de código de barras e certificadoras)
 - 2.9. Face à identificação de fluxos que ficaram pendentes sem ação possível para o utilizador, efetuar as ações necessárias para as libertar
3. Ao nível operacional
- 3.1. Diagnóstico e resolução de anomalias reportadas
 - 3.2. Fornecer esclarecimentos técnicos ou funcionais sobre o smartBP
 - 3.3. Acompanhamento remoto ou on-site dos utilizadores da solução
 - 3.4. Passagem de conhecimento técnico para a equipa local da CPL que interage com o sistema
 - 3.5. Fornecer e manter atualizada documentação de suporte de toda a solução
 - 3.6. Ações de sensibilização ou workshops de formação sobre o funcionamento do smartBP
 - 3.7. Realização de reuniões de trabalho com vista a identificar ações de melhora no funcionamento da solução implementada
- i) Manutenção corretiva
- Considera-se manutenção corretiva toda a manutenção necessária para garantir o correto funcionamento do smartBP, de forma que, em caso de falha, deverá ser identificada a origem do problema e após detetada a causa, aplicadas as correções necessárias para garantir o pleno funcionamento de toda a solução.
- j) Serviços essenciais ao desenvolvimento da atividade da CPL
- Dada a relevância da solução de gestão documental na organização, o impacto da sua falha coloca em causa o regular funcionamento, desta forma são considerados os seguintes serviços essenciais:
1. A disponibilidade do smartBP
 2. A capacidade de enviar novos fluxos
 3. A geração de parecer/despacho nos documentos
 4. A geração de novas versões sempre que existe edição do documento
- k) Nível de serviço a garantir após falhas em serviços essenciais
- Após o registo da falha por via email, o tempo de resposta para a resolução é de 1 hora



I) Manutenção adaptativa

Considera-se manutenção adaptativa customizações solicitadas pela CPL que se destinam a atualizar a solução para novas necessidades e/ou melhorias no funcionamento, incluindo nomeadamente:

1. Especificar requisitos solicitados pela CPL para a implementação de novas soluções
2. Calendarizar e dimensionar o trabalho, para autorização pela CPL
3. Desenvolver e ensaiar customizações de acordo as especificações dos requisitos
4. Instalação da nova solução em ambiente de qualidade para realização de testes de validação
5. Acompanhamento e correção dos testes e/ou acertos necessários
6. Disponibilização da solução validada pela CPL no ambiente produtivo
7. Produção de documentação de suporte e acompanhamento de utilizadores sempre que necessário